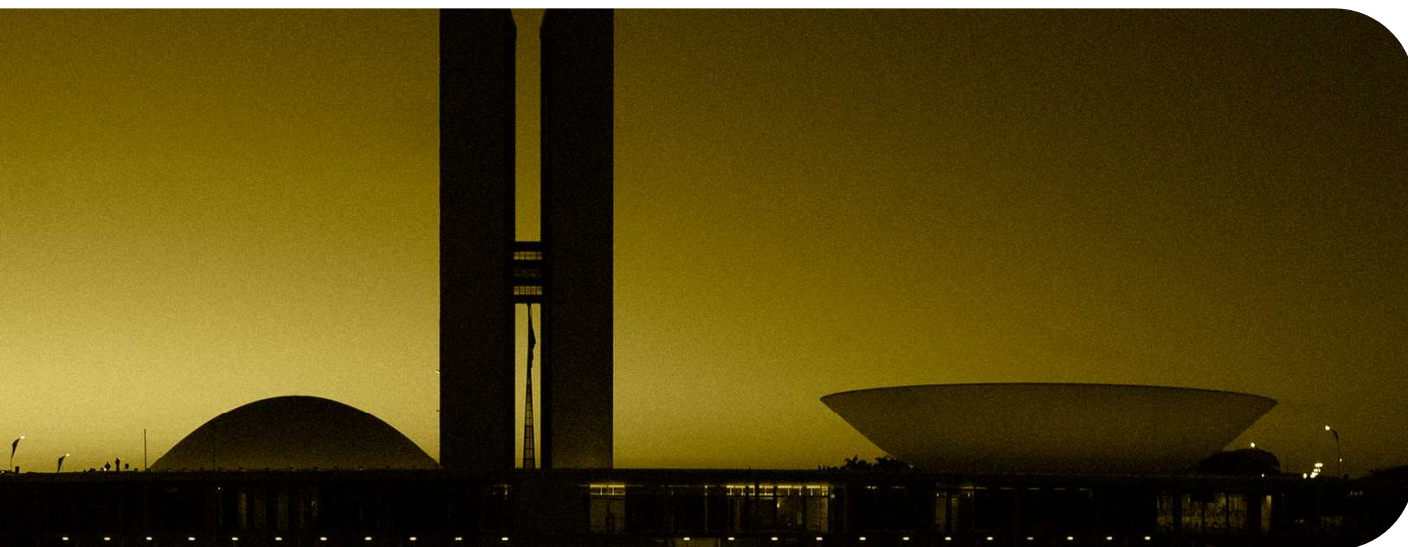


Agenda Semanal

08 a 11 de setembro



Destques
da
Semana:

07 de setembro

Afastamento na PF

Cenário Político

A semana de 8 a 11 de setembro consolida o esvaziamento total do Congresso Nacional após o encerramento do último esforço concentrado antes do primeiro turno das eleições de outubro. Com deputados e senadores integralmente dedicados às agendas eleitorais nos estados, o centro de gravidade político em Brasília deslocou-se para a crise institucional entre os Poderes. As celebrações do 7 de Setembro na Esplanada dos Ministérios, organizadas em torno da soberania nacional e da proteção às mulheres, buscaram projetar um ambiente de estabilidade e harmonia institucional com a presença conjunta do presidente Lula, de Davi Alcolumbre, de Hugo Motta e do presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin. Contudo, essa imagem contrastou fortemente com os atos de oposição realizados na Avenida Paulista e com o terremoto jurídico deflagrado pela decisão de André Mendonça de afastar a cúpula da Polícia Federal, levando a tensão entre o Judiciário e o Executivo ao ponto máximo a menos de um mês do pleito.



Alcolumbre e a Pressão pelo Impeachment

O presidente do Senado tornou-se o principal alvo da pressão política da oposição após a divulgação do relatório da Polícia Federal com mensagens entre o banqueiro Daniel Vercaro e o ministro Alexandre de Moraes. Enquanto discursava em defesa do diálogo e da união institucional nos atos oficiais de Brasília, Davi Alcolumbre enfrentava cobranças diretas de parlamentares e lideranças bolsonaristas para pautar pedidos de impeachment contra o magistrado. A ofensiva ganhou contornos regionais com a convocação de um protesto em Macapá, reduto eleitoral de Alcolumbre, liderado pelo deputado Nikolas Ferreira para constrangê-lo publicamente. Apesar do volume recorde superior a cem pedidos de destituição de ministros arquivados ou represados no Senado, Alcolumbre mantém a postura de contenção, evitando a abertura de processos traumáticos para não implodir pontes com o STF e com o governo federal no momento em que estrutura sua própria reeleição ao comando do Congresso em 2027.



AFASTAMENTO NA PF

Mendonça afasta Andrei Rodrigues por monitoramento ilegal, Segunda Turma forma maioria e Planalto prepara recurso

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, determinou o afastamento preventivo do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência Policial da corporação, Leandro Almada da Costa. A medida foi motivada pela constatação de que a cúpula da instituição teria produzido, ao longo de mais de trinta dias, relatórios de inteligência sem valor probatório para monitorar a atuação do magistrado e de outras autoridades, como o advogado-geral da União, Jorge Messias. Na avaliação do relator das operações Compliance Zero e Sem Desconto, a confecção desses documentos e sua posterior utilização pelo ministro Alexandre de Moraes configuraram monitoramento ilícito de um membro da Suprema Corte e resultaram na exposição de investigações ainda submetidas a segredo de justiça, frustrando a eficácia de medidas cautelares em andamento e justificando a abertura imediata de apurações disciplinares e penais na Corregedoria da PF.

Submetida a referendo em sessão virtual extraordinária da Segunda Turma do STF, a decisão liminar de Mendonça já reuniu votos favoráveis dos ministros Kassio Nunes Marques e Luiz Fux, consolidando

maioria colegiada para referendar o afastamento dos dirigentes policiais.

A conclusão do julgamento, contudo, foi suspensa em razão de um pedido de vista apresentado pelo ministro Gilmar Mendes logo nos minutos iniciais da deliberação, embora a ordem de afastamento cautelar permaneça plenamente em vigor enquanto se aguarda a retomada dos trabalhos pelo colegiado.

Diante do impacto institucional e eleitoral da decisão, o Palácio do Planalto e a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva articularam uma reação imediata contra a medida judicial. A Advocacia-Geral da União estruturou um recurso perante a Corte sob o argumento de que o afastamento monocrático do chefe da Polícia Federal usurpa a competência privativa do Presidente da República para nomear e exonerar cargos do Executivo federal. Em paralelo às iniciativas processuais, interlocutores jurídicos do governo apontaram interferência indevida no processo eleitoral e solicitaram reuniões urgentes com o presidente do STF, Edson Fachin, cogitando inclusive a convocação extraordinária do Conselho da República para avaliar o agravamento do impasse entre os poderes.

7 DE SETEMBRO

Lula reúne cúpula dos Poderes em Brasília com foco na soberania enquanto oposição protesta na Paulista e cobra o STF



Nas celebrações do 7 de Setembro em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscou projetar estabilidade institucional ao reunir na tribuna de honra os chefes do Legislativo, Davi Alcolumbre e Hugo Motta, e do Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin. Com público estimado em 70 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, o desfile cívico militar manteve caráter estritamente institucional e foi organizado em torno de temas explorados na campanha governista, como a defesa da soberania nacional, o combate à violência contra as mulheres e a realização da Copa do Mundo Feminina de 2027. Em cadeia de rádio e televisão, o petista sustentou que o país não será colônia de potências estrangeiras, em resposta indireta às tarifas comerciais externas, buscando contrastar um ambiente de harmonia entre os poderes com a crise que atinge a Corte e a Polícia Federal.

Em contrapartida, a manifestação convocada pelo senador Flávio Bolsonaro na Avenida Paulista concentrou cobranças diretas ao Supremo Tribunal Federal. Dentre as lideranças estaduais presentes no ato, como os candidatos Douglas Ruas e Sergio Moro, apenas o governador paulista Tarcísio de Freitas discursou no trio elétrico. Com tom mais comedido que em atos anteriores, Tarcísio cobrou esclarecimentos do ministro Alexandre de Moraes sobre mensagens trocadas com o banqueiro Daniel Vercaro, afirmando que ninguém está acima da lei ou da Constituição. O governador também priorizou a disputa legislativa ao pedir votos para os candidatos ao Senado Guilherme Derrite e André do Prado, em uma mobilização marcada por adesão popular e engajamento inferiores aos patamares registrados na eleição de 2022.

VETO NOS GABINETES

Gilmar Mendes propõe proibição de policiais e militares na assessoria de ministros do STF

O ministro Gilmar Mendes formalizou uma proposta de emenda ao regimento interno do Supremo Tribunal Federal para proibir a atuação de integrantes da Polícia Federal, das Forças Armadas e de forças policiais civis e militares nos gabinetes dos magistrados da Corte. A medida estabelece como única exceção o exercício estrito de atividades ligadas à segurança institucional, vetando expressamente que esses agentes participem da instrução de inquéritos, processos ou de qualquer assessoria jurídica aos ministros.

Pelo texto apresentado pelo decano, o presidente do tribunal deverá providenciar o retorno imediato aos postos de origem de todos os servidores atualmente cedidos que estejam em desacordo com as novas diretrizes. A iniciativa, que visa mitigar atritos internos e suspeitas de interferência técnica em apurações sensíveis, segue para análise na Comissão de Regimento Interno antes de ser submetida à deliberação em sessão administrativa do plenário.



Cecilia Rodrigues -
Analista de Relações
Governamentais

Perspectiva Semanal

O Congresso Nacional ingressa, nesta semana, em uma fase de desmobilização quase total com o encerramento da janela do esforço concentrado de votações. Com os corredores esvaziados, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal operam sem deliberações previstas nos plenários e com as reuniões de comissões temáticas suspensas. A cerca de um mês do primeiro turno, o eixo de atuação do Poder Legislativo deslocou-se inteiramente para as bases eleitorais, onde parlamentares e lideranças partidárias concentram 100% de seus esforços na reta final das campanhas nos estados.

O saldo da última maratona legislativa entregou vitórias importantes ao Palácio do Planalto, que viabilizou a aprovação do marco tributário dos centros de processamento de dados (Redata), o marco dos minerais críticos e a "taxa das blusinhas". Por outro lado, pautas de expressivo apelo popular e apelo estrutural ficaram de fora: tanto a PEC da Segurança Pública quanto a proposta pelo fim da escala de trabalho 6x1 não avançaram no plenário antes da dispersão dos parlamentares, tornando-se promessas transferidas para a disputa eleitoral.

Paralelamente à paralisia em Brasília, a atenção política migra para a profunda crise institucional travada no Judiciário, agravada pelos atritos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal e os desdobramentos sobre a Polícia Federal. A semana promete desdobramentos diretos desse embate entre os Poderes, adicionando um componente de forte volatilidade e riscos que tensionam ainda mais a reta final da campanha do Poder Executivo nas urnas.

Avaliação Semanal do Governo



Economia

De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a economia brasileira registrou um avanço de 0,5% no segundo trimestre de 2026. A taxa indica um ritmo de expansão mais moderado frente ao primeiro trimestre do ano, quando o Produto Interno Bruto havia saltado 1,1%. Em contrapartida, no confronto direto com o mesmo período do ano anterior, o PIB apresentou um crescimento de 2%.



Política

Graças à articulação conduzida pelo presidente Lula junto ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a pauta legislativa de interesse do Palácio do Planalto registrou progressos significativos no Congresso Nacional. Esse alinhamento resultou na aprovação de matérias econômicas centrais — como a MP que isenta a "taxa das blusinhas", o marco regulatório do Redata para o setor de data centers e o projeto focado em minerais críticos —, além de destravar a tramitação de duas medidas de forte apelo social: as PECs da Segurança Pública e do fim da jornada de trabalho 6x1.



Social

Dados divulgados pelo Ministério da Previdência indicam que o volume de pedidos de benefícios previdenciários e assistenciais pendentes de avaliação no INSS encerrou o mês de agosto na casa de 1,252 milhão. O patamar é o mais baixo registrado desde o início da atual gestão do Executivo Federal. Diante desse patamar — que se iguala ao fluxo médio de novas solicitações que dão entrada a cada mês no instituto —, a avaliação da administração federal é de que a fila histórica de espera do INSS foi efetivamente zerada.

Economia

Resumo do Cenário Econômico

O Boletim Focus do Banco Central, publicado em 4 de setembro de 2026, apontou continuidade na melhora das expectativas de inflação de curto prazo para este ano, com a projeção do IPCA para 2026 recuando para 5,00%. A estimativa para o crescimento do PIB em 2026 interrompeu a trajetória recente de queda e registrou leve recuperação, passando de 1,92% para 1,93%, enquanto a taxa Selic em 13,75% ao ano e o câmbio em R\$ 5,20 mantiveram estabilidade. Para 2027, as pressões inflacionárias continuam avançando, com a projeção do IPCA subindo pela quarta semana consecutiva e alcançando 4,29%. Já as projeções para o PIB (1,50%), a taxa Selic (12,00%) e o dólar (R\$ 5,30) para o próximo ano permaneceram inalteradas.

Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos 2026

- Inflação (IPCA): 5,00% ▼
- Crescimento (PIB): 1,93% ▲
- Juros (Selic): 13,75% =
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,20 =

Indicadores Econômicos 2027

- Inflação (IPCA): 4,29% ▲
- Crescimento (PIB): 1,50% =
- Juros (Selic): 12,00% =
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,30 =

Notícias



Segunda Turma forma maioria para manter decisão de Mendonça que afastou chefe da PF, mas Gilmar pede vista e interrompe análise

A Segunda Turma do Supremo Tribunal (STF) formou maioria para manter a decisão do ministro André Mendonça que determinou o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. O ministro Gilmar Mendes, no entanto, pediu vista e interrompeu a análise. Integram a Segunda Turma, além de Mendonça, os ministros Luiz Fux, presidente do colegiado, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Nunes Marques.



AGU vai alegar violação de competência da Presidência e planeja agir rápido

A Advocacia-Geral da União (AGU) já decidiu que irá recorrer da decisão do ministro André Mendonça de afastar o diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, confirmaram há pouco fontes da AGU à CNN. Neste momento, a equipe está analisando a decisão e definindo qual será a estratégia jurídica diante da decisão. Segundo fontes do PT ouvidas pela CNN, o governo avalia inclusive alegar violação da competência da Presidência da República no afastamento de Andrei.



Senadores admitem chance de impeachment no STF e veem Alcolumbre à espera das eleições

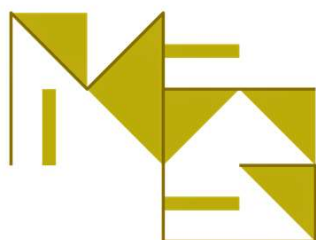
Com a escalada da crise envolvendo o STF (Supremo Tribunal Federal), aliados do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), avaliam que ele vai esperar o resultado das eleições para decidir sobre o impeachment de ministros.

Uma pessoa próxima a Alcolumbre afirma que ele não vai ceder à pressão do bolsonarismo pela destituição de integrantes da corte antes de saber quem será o próximo presidente da República e os 54 novos senadores. Só a partir disso decidirá se abre um processo de impeachment e contra quem.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por M&G Consultoria Política. Direitos reservados.*
